



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006295-60.2018.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**  
 Requerente: **Rubens Eugênio**  
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Relatório dispensado, nos termos do disposto no artigo 27 da Lei 12.153/2009 cc 38 da Lei nº 9.099/95.

#### **Fundamento e decido.**

O processo pode ser julgado no estado em que se encontra, sobretudo porquanto desnecessária a produção de outras provas para convencimento judicial sobre a questão.

Sustenta a parte autora não ter recebido as notificações das autuações para que pudesse indicar os reais condutores infratores. Requer, então, seja: a) declarada a nulidade dos Processos Administrativos de Cassação do Direito de Dirigir nº 284/2017, 325/2017 e 382/2017 tendo em vista a ausência de flagrante; b) determinada a transferência das pontuações referentes aos autos de infrações nº 1U227054-4 e 1Q718105-3 para o real condutor infrator, Senhor Paulo Henrique Eugênio, e as referentes ao auto de infração nº 1Q318249-3 para a real condutora infratora, Senhora Daniele Santos de Lima, em observância ao Princípio da inafastabilidade da jurisdição (CF, art. 5º, XXXV), e jurisprudência majoritária que têm entendido que o prazo fixado em 15 dias gera somente a preclusão administrativa.

Revejo entendimento anteriormente adotado por este Juízo, para ajustá-lo à jurisprudência majoritária do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no sentido de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

confirmar a responsabilidade do proprietário do veículo (art. 257, § 7º), em processo conduzido de modo regular e sem violação às garantias do contraditório e da ampla defesa, no qual não tenha ocorrido a regular indicação de condutor.

Neste sentido os julgados abaixo:

"APELAÇÃO. CNH. Infrações cometidas durante o período de suspensão Cassação Alegação de que as autuações não foram em flagrante, nos termos do artigo 263, inciso I, do Código de Trânsito Brasileiro e da Resolução nº 182/05 do CONTRAN Interpretação sistemática Inteligência do art. 257, § 7º, do CTB – Não indicação de terceiro condutor Presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo Sentença de improcedência mantida RECURSO NÃO PROVIDO. Interpretação sistemática do Código de Trânsito Brasileiro permite concluir que se o condutor, regularmente notificado pelo órgão competente, não apontou terceira pessoa, é considerado infrator, e responde como se também fora o condutor, independentemente do fato de ter ou não sido autuado em “flagrante” (Apelação nº 0021674-89.2011.8.26.0053, 1ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Rel. Des. Vicente de Abreu Amadei, julgado em 07/08/2012).

"ANULATÓRIA. Multas de trânsito. Veículo que estaria sendo conduzido por terceiro. Cerceamento de defesa não configurado. A falta de indicação do condutor nos termos da Resolução CONTRAN nº 404/12, acarreta a responsabilização do proprietário. Precedentes. Norma que regulamenta o art. 257, §7º, do CTB que não pode ser interpretada isoladamente de modo a exigir a autuação pessoal do proprietário momento da infração. Sentença mantida. Recurso conhecido e não provido". (Apelação nº 1008972-18.2016.8.26.0248. 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Rel. Des. Vera Angrisani, julgado em 13/07/2018).

"MANDADO DE SEGURANÇA. CNH. SUSPENSÃO DE DIREITO DE DIRIGIR. Pretensão de transferência de pontuação de autos de infração e cancelamento do processo administrativo. Impossibilidade. Ausência de indicação do condutor em momento oportuno. Responsabilidade do proprietário, nos termos do art.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

257, § 7º, do CTB. Precedente. Ordem denegada. RECURSO NÃO PROVIDO" (Apelação nº 1007053-34.2017.8.26.0482, 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, Rel. Des. Alves Braga Júnior, julgado em 11/07/2018).

No mesmo sentido: Recursos de Apelação n.ºs 0041442-35.2010.8.26.0053, 1003906-60.2016.8.26.0344, 1041637-90.2016.8.26.0053, 1012250-39.2015.8.26.0320, 1003462-29.2016.8.26.0505, 1003907-45.2016.8.26.0344, 1014010-77.2017.8.26.0053, 1005750-73.2015.8.26.0152, 1007033-25.2016.8.26.0079 e 1008874-66.2014.8.26.0292.

Quanto à suposta ausência de notificação, o artigo 282 do Código de Trânsito Brasileiro estabelece:

"Art. 282. Aplicada a penalidade, será expedida notificação ao proprietário do veículo ou ao infrator, **por remessa postal** ou por qualquer outro meio tecnológico hábil, que assegure a ciência da imposição da penalidade.

§ 1º A notificação devolvida por desatualização do endereço do proprietário do veículo será considerada válida para todos os efeitos.

§ 2º A notificação a pessoal de missões diplomáticas, de repartições consulares de carreira e de representações de organismos internacionais e de seus integrantes será remetida ao Ministério das Relações Exteriores para as providências cabíveis e cobrança dos valores, no caso de multa.

§ 3º Sempre que a penalidade de multa for imposta a condutor, à exceção daquela de que trata o § 1º do art. 259, a notificação será encaminhada ao proprietário do veículo, responsável pelo seu pagamento.

§ 4º Da notificação deverá constar a data do término do prazo para apresentação de recurso pelo responsável pela infração, que não será inferior a trinta dias contados da data da notificação da penalidade.

§ 5º No caso de penalidade de multa, a data estabelecida no parágrafo anterior será a data para o recolhimento de seu valor". (grifei)



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O dispositivo, no *caput*, exige que a notificação se dê por meio que "assegure a ciência da imposição da penalidade", admitida porém a "remessa postal".

Não se exige, como se vê, o uso da carta registrada.

Regulamentando o dispositivo, dispõe a Res. CONTRAN nº 404/2012, em seu artigo 3º, § 1º, que "quando utilizada a remessa postal, a expedição se caracterizará pela entrega da notificação da autuação pelo órgão ou entidade de trânsito à empresa responsável por seu envio".

No presente caso, os documentos e esclarecimentos de fls. 62/91 configuram prova suficiente de que, utilizada a remessa postal, foram regulares as notificações da parte autora. Constan como datas de postagem das notificações os dias 19/04/2017 (fl. 68), 12/06/2017 (fl. 72), 22/03/2017 (fl. 76) 15/05/2017 (fl. 80), 21/02/2017 (fl. 84) e 17/04/2017 (fl. 88).

Tal contexto, aliado à ausência de qualquer contraprova no sentido de que teria havido o extravio ou a devolução das correspondências, firma prova razoável de que, efetivamente, as notificações foram entregues.

Neste sentido:

"EMBARGOS INFRINGENTES. Apelação. Ação anulatória de três autos de infração e imposição de multa de trânsito lavrados pelo réu. Alegação do autor de que não recebeu as notificações para apresentação de defesa. **Desnecessidade de comprovação da efetiva entrega das notificações ao proprietário do veículo. Basta a demonstração da expedição, que compreende a emissão e entrega das notificações aos correios.** Juntada pelo réu das notificações que identificam os lotes de postagem em que inseridas e das listas de postagem devidamente entregues aos Correios. Inteligência do artigo 282 do Código de Trânsito Brasileiro. Ação anulatória improcedente, improvido o recurso de apelação. Embargos infringentes providos. (Ap. 0044773-59.2009.8.26.0053, rel. Oswaldo Luiz Palu, 9ª Câmara de Direito Público, j. 22/10/2014)".

"MANDADO DE SEGURANÇA. Infrações de trânsito. Alegação de ausência de notificação. Informações prestadas pela autoridade coatora que vieram acompanhadas dos comprovantes de envio das notificações à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Desnecessidade de expedição de correspondência com AR.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Precedente. Sentença mantida. Recurso conhecido e não provido. (Ap. 1000112-67.2015.8.26.0311, rel. Vera Angrisani, 2ª Câmara de Direito Público, j. 03/11/2016)".

"APELAÇÃO CÍVEL. MULTA DE TRÂNSITO. Ação declaratória de inexigibilidade de débito. Empresa de transporte rodoviário de carga através de carreta semirreboque, autuada por circular em local e horário não permitidos e por não indicar o condutor do veículo que teria cometido as infrações. Pretensão à declaração de nulidade das infrações de trânsito e ausência de indicação do condutor. Inadmissibilidade. Recorrida que comprovou o envio das duas notificações. Desnecessidade de exhibir o AR Aviso de Recebimento. Inteligência do art. 280 e seguintes do CTB e Súmula 312 do STJ. A presunção de legitimidade e regularidade dos atos administrativos consubstanciados na autuação e na imposição de multa não foi elidida pela autora. Sentença mantida. Recurso não provido. (Ap. 1016567-67.2014.8.26.0562, rel. Djalma Lofrano Filho, 13ª Câmara de Direito Público, j. 29/04/2015)".

"APELAÇÃO – AÇÃO DE COBRANÇA – TRÂNSITO – MULTA – Cobrança de multas por infração de trânsito – Alegação de não recebimento da dupla notificação (autuação e posterior imposição da multa) – Inocorrência – Vasta documentação comprova o envio das notificações das autuações e respectivas imposições de multa – Dupla notificação comprovada – Ausência de prova de nulidade dos autos de infração – Constituição definitiva das multas se perfaz com a expedição da dupla notificação ao infrator, a teor dos arts. 281 e 282 do CTB – Suficiência da prova de envio da notificação ao endereço constante do órgão de trânsito, sendo irrelevante a prova da entrega – Presunção de veracidade e legitimidade dos atos administrativos não elididos pela requerida – Sentença mantida - Recurso impróvido". (Ap. 1020291-11.2016.8.26.0562, rel. Maurício Fiorito, 3ª Câmara de Direito Público, j. 14/02/2017).

"ATO ADMINISTRATIVO. Auto de Infração de Trânsito. Afastada a pretensão do autor de desconstituí-lo, sob a alegação de não recebimento da notificação, eis que suficiente a comprovação da remessa postal do documento. Presunção de veracidade e de autenticidade dos atos administrativos não ilidida. Inteligência dos artigos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

280 a 282 do Código de Trânsito Brasileiro. Precedentes. Sentença mantida. RECURSO DESPROVIDO, COM OBSERVAÇÃO". (Ap. 1002239-14.2015.8.26.0590, rel. Jarbas Gomes, 11ª Câmara de Direito Público, j. 07/02/2017).

Ante o exposto, com fulcro no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil, julgo o processo com resolução do mérito e IMPROCEDENTES os pedidos iniciais. Revogo a tutela provisória de urgência anteriormente concedida

Custas processuais e honorários de sucumbência indevidos, nesta fase, nos termos do art. 54 da Lei 9.099/95.

**P.I.**

São Carlos, 31 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**